

## ATA DA REUNIÃO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, no Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União–TCU em Brasília, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil, sob a Presidência da Conselheira **YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS** do Tribunal de Contas do estado do Amazonas – TCE/AM, para a eleição dos novos dirigentes da Entidade, bem como para tratar de temas de interesse coletivo. Com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros **FÁBIO TÚLIO FILGUEIRAS NOGUEIRA-TCE/PB**, **IVAN LELIS BONILHA-TCE/PR**, **THIERS VIANNA MONTEBELLO-TCE/RJ**, **JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES - MINISTRO DO TCU**. Dando início a presente reunião, a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, assim se manifestou: Na condição de Presidente Interina do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil, saúdo e agradeço a presença de Vossas Excelências e, pedindo a proteção de Deus, declaro aberta a presente reunião, a qual tem por pauta a eleição dos novos dirigentes de nossa Entidade. Na oportunidade, aproveitando o ensejo, honra-me convidá-los para o 2º Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas que está sendo organizado pelo Tribunal de Contas do Amazonas e será realizado em Manaus, entre os dias 16 a 19 de Outubro de 2019. Outro evento muito importante e que ocorrerá também em Manaus, mais especificamente entre os dias 14 a 20 de Outubro, são as olimpíadas dos Tribunais de Contas, que, especificamente este ano, denominar-se-ão de “olimpíadas verdes”, posto que serão realizadas na região Amazônica. Diante disso, reforço os convites a Vossas Excelências e registro que o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas terá grande prazer em recebê-los. Gostaria de passar a palavra ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Caldas Furtado que foi o presidente para ler um pequeno relatório de sua gestão cujas realizações foram muito importantes para o nosso Colégio de Presidentes. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Caldas Furtado: Antes, quero cumprimentar a presidente em exercício do colégio de presidentes Drª Yara Lins; sinto falta nesse momento do companheiro Gilberto Jales que foi vice-presidente no ano passado e que muito nos ajudou nessa travessia no ano de 2018, cumprimento o Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, presidente da ATRICON, que também foi um grande parceiro junto ao colégio o ano passado, o Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, o Conselheiro Thiers Vianna Montebello amigo de sempre, companheiro de sempre, saúdo de forma especial o Ministro anfitrião Nardes que gentilmente cede este espaço ao colégio dos Tribunais de Contas, gostaria de citar todos pelo nome, é um prazer muito grande estar aqui entre amigos e entre amigas, é sempre um prazer renovado, e eu gostaria de citar todos mas tenho que escolher um, e vou escolher o primeiro presidente do colégio de presidentes dos Tribunais de Contas, o meu amigo conselheiro Sidney Estanislau Beraldo a quem eu peço uma salva de palmas. No decorrer do ano passado nós tivemos a oportunidade de fazer quatro reuniões, o regimento interno prevê apenas duas reuniões, nós chegamos a fazer quatro, portanto o dobro. A primeira em Brasília ainda sob o comando do Conselheiro Sidney Beraldo, na qual houve a eleição para a mesa diretora com exercício em 2018, depois fizemos em Rondônia, depois em São Paulo, quando fomos recebidos pelo Tribunal de Contas de São Paulo, Conselheiro João Antonio da Silva Filho presente do TCE de São Paulo, Conselheiro Edilson de Souza Silva de Rondônia que me recebeu muito gentilmente lá em Porto Velho, e depois aqui em Brasília também ocupando o espaço do Tribunal de Contas da União. Desta feita, fizemos uma reunião em conjunto com o IRB mostrando essa harmonia e tenho dito e continuo a dizer que eu vejo o Colégio como um instrumento de poder moderador, vejo o Colégio como sendo aquela retaguarda que deve

impulsionar a ATRICON enquanto representação institucional do sistema, e o IBI enquanto casa de conhecimento, então penso que o colégio deve ficar na retaguarda impulsionando essas duas instituições, também dando apoio e pregando harmonia, colocando lubrificante nessas duas entidades para que elas possam caminhar juntas. No ano passado nós tivemos essa felicidade de ver a ATRICON e IBI sempre sentados na mesma mesa, sempre falando a mesma linguagem, que é a do interesse do sistema, a do interesse dos Tribunais de Contas, de nossa parte nós fizemos o máximo para que houvesse esta harmonia, esse encontro de pensamento canalizando forças numa verdadeira sinergia em uma única direção, ou seja, a do fortalecimento do sistema do Tribunal de Contas é claro que eu falei em ATRICON, em IBI, mas não podemos esquecer, da ABRACON que também tem um papel relevante junto aos Tribunais de Contas dos municípios, é claro que nós também temos a AUDICON, a MTC, a AMPICON, que nós temos que manter um diálogo permanente, respeitoso, institucional, sempre procurando a boa direção do fortalecimento dos tribunais de contas, nas reuniões que conduzimos apresentamos diversas propostas, diversas proposições que foram encaminhadas para a ATRICON, foram encaminhadas também para o IBI, todas elas constam nas atas das respectivas reuniões, nós tivemos a felicidade de registrar em cartório a certidão de nascimento do nosso Colégio, o fizemos na forma de regimento interno. Ainda, sob o comando do Conselheiro Beraldo, nós começamos a trabalhar a ideia de Estatuto, mas ao fazer o registro nós fomos convencidos e em razão disso trocamos ideia com o Vice-Presidente Gilberto Jales e com a Secretária Yara, e também colocamos sempre postagem no grupo de presidentes, nós trocamos o nome de estatuto para regimento. Por qual razão isso? Por uma orientação do colégio, para facilitar primeiro o registro, depois não ser obrigado a ter inscrição no CNPJ, a fazer declaração de Imposto de Renda todos os anos, a declaração negativa uma vez que o Colégio não movimenta recurso, o Colégio de presidentes não movimenta nenhum centavo. Então surgiu a ideia que colocamos no grupo de whatsapp, eu tive a oportunidade de conversar diretamente com o vice-presidente, todos acharam a ideia muito boa e trocamos o nome de estatuto para regimento. A ideia inicial era que esse regimento tivesse como ponto de partida a primeira reunião conduzida pelo Conselheiro Beraldo em São Paulo, mas não foi possível em razão do cartório em São Luís no Maranhão que exigiu ata, exigiu uma série de documentos que não conseguimos obter, por essa razão nós acabamos registrando o regimento como sendo finalmente aprovado na reunião de Rondônia quando nós fomos recebidos pelo Conselheiro Edilson no dia dezessete de maio de dois mil e dezoito, mas o nome do conselheiro Beraldo não poderia deixar de constar no documento, e aí nós fizemos o registro e consta do parágrafo único. O Art. 1º diz: O Colégio Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas Colégio de Presidentes, cujo instituição formal foi concluída em reunião dos presidentes dos Tribunais de Contas realizada no dia dezessete de maio de 2018, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia com a aprovação do texto final do seu regimento interno. É uma entidade nacional sem fins lucrativos, integrada pelos presidentes dos Tribunais de Contas. Eu lembro que voltamos a discutir, voltamos a incorporar uma proposta do Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima no que diz respeito a essa questão da transição, a ideia do Conselheiro Edilberto prevaleceu e está sendo efetivamente utilizada, se o presidente não continua presidente no início do ano seguinte, cede a vez ao vice, se o vice não continua que é o caso, o vice Conselheiro Gilberto Jales não continua presidente cede a vez ao Secretário, no caso Secretária que é quem continua e assume interinamente até a eleição ser feita, até o final do mês de fevereiro o prazo, portanto, estamos dentro do prazo, hoje vinte e seis de fevereiro, o prazo seria até o dia vinte e oito de fevereiro, o prazo regimental. E essa proposta que foi colocada no regimento, foi efetivamente utilizada nessa situação deste ano, e fizemos constar no parágrafo único, que faço questão de ler: Este Regimento foi concebido a partir de debates realizados em reuniões durante o ano de dois mil e dezessete, sob o comando do Conselheiro Sidney Estanilau Beraldo, então presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

É a forma que encontramos de fazer um registro formal e reconhecer o trabalho do Presidente Beraldo a frente do Colégio, está registrado em cartório, a contribuição do primeiro presidente, o Conselheiro Beraldo. Em rápidas palavras era isso que tinha para dizer aos senhores, muito obrigado a todos e devolvo a palavra a presidente. Presidente: Parabéns, Conselheiro Caldas Furtado, agora passo a palavra ao Ministro Augusto Nardes. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto Nardes: Sejam todos bem vindos ao Instituto Serzedello Corrêa, essa concepção que foi feita exatamente para servir a todos os Tribunais de Contas quando tomamos uma decisão de fazer essa obra lá em dois mil e doze, ainda bem que fizemos na época que tinha recurso, depois a crise entrou e se tornou difícil, mas foi um momento importante, com auditório, com toda a estrutura, não somente para servir aos tribunais de contas do Brasil, mas da América Latina, nós temos hoje mais de trinta cursos com os países da América Latina e temos mais de cem cursos no Brasil, ano passado passaram cinquenta mil pessoas no Tribunal de Contas da União através do Instituto Serzedello Corrêa, então é uma estrutura que está servindo muito a Brasília e a todo o país, Dra. Yara seja bem vinda juntamente com o Conselheiro Fábio, que conversamos ontem com Thiers Montebello e com presidente José Múcio e o Furtado que estão aqui nessa mesa, na pessoa deles gostaria de saudar a todos. Então, ontem conversamos já tínhamos conversado na semana passada com o presidente José Múcio juntamente com o Conselheiro Fábio, o Bonilha, de fazermos o evento que vínhamos há muito tempo trabalhando para aumentar o sistema dos tribunais de contas, fortalecer a ATRICON, fortalecer o sistema como um todo e acho que agora chegou o momento. Vou fazer uma fala pequena de dois a três minutos dando um retrospecto de como está a questão da governança, nós vimos trabalhando desde dois mil e doze com a tese, implantamos no Tribunal, mudamos seiscentos auditores de posição para fazer uma política mais de prevenção, não que não vínhamos fazendo a questão da conformidade, mas hoje estamos preparados para contribuir com o Brasil, nós temos quinhentas auditorias com diagnósticos de toda a situação do país, agora da equipe de transição estiveram conosco Paulo Guedes, todos os Ministros, os mais relevantes estiveram conosco e nós já entregamos tudo pronto para eles um diagnóstico da situação. Eu acho que é essa linha de contribuição que todo o sistema pode dar, eu sei que alguns tribunais já implantaram a governança, em todos os tribunais está havendo essa mobilização de transformação, portanto, conversando com o Fábio, o Bonilha, e com os demais, nós chegamos a conclusão que era possível fazer um evento, estamos aqui trabalhando talvez para o dia quatro ou cinco de abril, em um dia ou dois dias, fazemos uma grande discussão da implantação da governança em todos os tribunais do Brasil e com isso nós fortaleceríamos o sistema, faríamos uma discussão mais aprofundada daquilo que é mais convergente, aquilo que é mais importante, a ideia era fazer no início de março, mas conversando com o Fábio que é o diretor da escola pra gente montar uma estrutura melhor até para ver os aspectos mais relevantes, nós poderíamos fazer em abril, porque aí o que nós já estamos conversando com o Fábio e com o Bonilha há muito tempo é que todos os diretores já estão escolhidos dos tribunais, já houve postas novas de diretorias, há uma convergência já com os novos dirigentes, com as novas lideranças dos tribunais e a consequência é que poderíamos uniformizar pelo menos a linguagem em alguns aspectos que é para uma defesa nossa, porque o momento é de defesa, o momento é de discussão, se nós não nos unirmos nós vamos perecer, nós vamos enfraquecer, então é necessário fazer esse trabalho, então combinado com o presidente José Múcio, com o Fábio, com o Bonilha e com todos vocês, presidente Yara, a ideia é unificar o nosso discurso, unificar aquilo que for mais importante, porque é um processo lento mas se não estabelecer no tribunal não tem como estabelecer nos municípios e nem nos estados. Vejam, só, vou dar alguns exemplos: vocês já viram sobre isso talvez há muito tempo, talvez o Thiers Montebello é o mais antigo aqui da turma, há mil e trezentas UPA's sendo feitas e setecentas inacabadas, ou seja, as políticas transversais não funcionam no Brasil, três mil creches sem conversar com os municípios, sem conversar com os governadores e assim as políticas

transversais não existem. Na minha conversa com o Presidente Bolsonaro ontem, eu fiz uma exposição pra ele sobre governança, de quais são os grandes erros do governo atual, ele me solicitou essa conversa, eu já tinha reunido com o Ministro Onyx Lorenzoni, agora eles me convidaram a fazer uma palestra para todos os Ministros, porque os Ministros não se conversam entre si, a conduta é que nem os secretários de Estado conversam entre si, cada um faz um trabalho paralelo ao outro, há desperdício de energia enorme, porque não existe centro de governo no Brasil, o grande problema do Brasil é a desgovernança, até disse ontem para o Presidente Bolsonaro: "Presidente, o senhor vai fazer a reforma da Previdência mas se não reformar o Estado, vai continuar gastando mal o dinheiro", ou seja, a reforma da governança de Brasília é mais importante que a reforma da Previdência, assim como disse ao presidente: "O senhor vai fazer a reforma da Previdência, vai perder por polaridade, vai ficar desgastado tem que entregar resultado, mas como entregar resultado se a Casa não está organizada", e assim funciona os governadores. Vocês se recordam do evento de 2014 "Impacto da Governança" que muitos aqui estavam presentes, o evento chamou todos os governadores e os senhores estiveram presentes onde tentamos implantar com um discurso meio superficial, eu era presidente do Tribunal, foi um grande evento, com oitocentas pessoas, e não funcionou, não vai funcionar a governança nos estados se os tribunais não entrar, não monitorar, não avaliar as ações, qual é o planejamento estratégico dos municípios? Não tem, ninguém pensa a médio e longo prazo. Agora que conseguimos estabelecer com o decreto do Michel Temer que estabelece doze anos de planejamento estratégico a médio e longo prazo, a PPA vai ser elaborada de quatro em quatro anos mas baseada no planejamento estratégico para ter continuidade pra não ter obra inacabada. A reunião que fizemos com o Ministro Dias Toffoli depois ele foi ao meu gabinete, ele foi ao Tribunal fazer uma visita, fiz uma exposição pra ele com toda a minha equipe, ele disse: "O senhor está com uma tese muito interessante, obra inacabada", mas obra inacabada é desgovernança, ou seja, um começa e o próximo não tem compromisso de continuar e é isso que acontece, a desgovernança é o pior problema da nação, a falta de governança, creio que a única forma de funcionar a governança é se nós formos, na ferida, ou seja, onde que existe a desgovernança nos estados, municípios e na União? A União tem milhares de obras inacabadas. Bem, o país quebrou por causa de quatro refinarias sendo feitas ao mesmo tempo, eu tenho repetido isso, meus amigos, não vou me aprofundar no tema, a ideia é dois dias de nós conversando de como implantar governança nos estados e municípios e esse seria um grande papel que os tribunais de contas poderiam exercer, implantando nos tribunais de como funciona a governança. Esse acordo que nós fizemos com CDE, esse acordo fizemos em dois mil e treze, eu fui a Paris para fazer esse acordo e implantamos no Brasil e depois começamos a funcionar e hoje nós temos um manancial de trabalho fantástico e sabemos o diagnóstico, criamos aqueles indicadores de governança que os municípios participaram, foi o primeiro acordo que fizemos depois da carta de Campo Grande que fizemos em dois mil de doze e em dois mil e treze assinamos o acordo, começamos efetivamente o trabalho em conjunto e acho que agora podemos consolidar, amadureceu esse que tem que ser o papel exercido pelos senhores, pelas lideranças dos tribunais de contas nos estados e nos municípios, esse é o grande desafio e o curso será preparado nesse sentido. Eu acho que tem que vir o presidente, um conselheiro tem que estar sempre presente e dois ou três diretores chaves de cada estrutura para eles implantarem, nós implantamos e mudamos os funcionários com especialização, os auditores, em seis meses no Tribunal de Contas da União, pode ser que a gente leve dois anos, dois ou três meses em cada um, sei que o Conselheiro Severiano já está implantando no seu tribunal, eu já vi outros vídeos, sei que o Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Ceará já implantaram, então vários já estão implantando. Caiu a ficha que somos: improvisadores, sem planejamento de médio e longo prazo e temos que acabar com isso, por esse motivo me apaixonei pela tese, por isso sou perseverante e perseverança é fundamental, se não persevera você não atinge os

objetivos para transformar o Brasil. Para finalizar o que está por traz de tudo isso? Produtividade e competitividade, como produzir e competir se você não está organizado no estado, se o estado não oferece segurança, não oferece saúde, não oferece as coisas básicas que o cidadão precisa, e eu disse ao presidente Bolsonaro: "Presidente o senhor não pode ficar cuidando das picuinhas o senhor tem que ser chefe de estado, entrar na questão macro, estabelecer as prioridades do seu governo, e até mostrei um navio". Finalizo com isso para os senhores entenderem meu raciocínio, eu sei que muitos estão mais avançados que eu em relação a essa questão: "É como se o senhor fosse comandante de um navio ou de um avião, pode bater em um iceberg, ou o comandante de um avião, o senhor não tem que estar olhando para asa do avião ou coisa assim, o senhor tem que estar olhando para o painel controlando tudo, o governante tem que ter visão macro de governança e não de gestão, gestão quem faz é o secretariado, mas tem que ter um centro de governo que oriente tudo isso, que é o painel do avião que comanda tudo isso ou que comanda o navio, é isso que temos que mostrar aos governadores, que eles não podem fazer somente uma política pequena sem visão macro dos grandes interesses do estado, dos pilares de um estado e da nação". Então, espero ter a contribuição de todos e que a gente faça um evento e começarmos essa transformação que vai ser o que nos dá sustentação, Conselheiro Fábio, para esse grande trabalho que está realizando junto com a experiência de todos, especialmente do conselheiro Thiers, do conselheiro Bonilha e da conselheira Yara, para nós fazermos essa transformação nos tribunais de contas e unificarmos nosso discurso e assim nos fortalecer. Muito obrigado. Presidente: Dando continuidade, passo a palavra ao Conselheiro Carlos Ranna para dar um aviso. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo: Bom dia a todos, cumprimentando a nossa presidente e ao presidente Fábio, em nome deles cumprimento a todos integrantes da Mesa e demais componentes aqui, a fala é rápida mas é muito importante e tem tudo a ver com o que estamos discutindo aqui e à própria fala do Ministro Nardes com relação a governança. Por iniciativa do presidente Fábio Nogueira, foi assinado um acordo com a Fundação Vanzolini onde pra quem não conhece é a maior certificadora da America Latina, a primeira certificadora do Brasil, responsável na área de engenharia pelas certificações na área de economia, por exemplo, ela é responsável pela tabela FIP que faz o cálculo médio dos carros, pois bem, nós já estamos em um processo bastante avançado com a Fundação Vanzolini já temos um manual de procedimentos, esse manual é que nos dirá quais são os procedimentos para avaliação do máximo desempenho em dois mil e dezenove, o ciclo dois mil e dezessete foi muito interessante, mas conforme foi exposto no encontro em Florianópolis foi um ciclo que encerrou, dois mil e quinze e dois mil e dezessete nós atuamos basicamente no que é ATC e no MMD para diminuir as assimetrias conhecer os tribunais de contas, aprofundar na comunicação entre os órgãos, entre os conselheiros e entre os técnicos, trabalhamos muito em estruturas, tribunais que não tinham ouvidoria, que não tinham corregedoria que não tinham um plano estratégico muito bem trabalhado, enfim, descobrimos boas práticas, melhoramos a estruturas, mas e as entregas, e os nossos produtos e os nossos resultados a sociedade não conhece, então o mar de menção de dois mil e dezenove vai focar mais nos resultados, o que nós trabalhamos, o que nós produzimos para a sociedade, e muito rapidamente, os indicadores, nós tínhamos vinte e oito indicadores, reduzimos também por uma solicitação do presidente para vinte e cinco, o primeiro indicador continua sendo composição, organização e eficiência dos tribunais de contas, o segundo já vai tratar de liderança dentro do domínio governança interna, então vamos falar de governança, o terceiro trata de estratégia, o quarto *accountability*, o cinco agilidade no julgamento e gerenciamento de prazo processuais, indicador seis gestão de pessoas, o sete desenvolvimento profissional, é lógico que cada indicador desse se desdobra em vários critérios, são quinhentos e cinco critérios que são analisados e depois vem os domínios da atividade finalísticas nossa, aí começamos com o planejamento geral das auditorias, controle de qualidade das fiscalizações

das auditorias, o indicador de conformidade, um outro operacional e um financeiro, um indicador de controle concomitante, um indicador de acompanhamento das decisões, como nos acompanhamos e foi até uma dificuldade de reunir os dados de todos os tribunais de contas em relação a esse dado que o presidente precisava para a reunião de hoje a tarde, um indicador específico, as auditorias temáticas, sobre as auditorias e obras de engenharias, um de concessões e privatizações, um indicador de auditoria ambiental e mobilidade urbana, um de gestão na educação, uma na saúde, previdência e já finalizando, um indicador de gestão fiscal e de receita, um indicador de controle interno de TI, e por ultimo um indicador de transparência e ouvidoria dos jurisdicionados. Para que nós passamos dar conta dessa nova empreitada, há necessidade de um treinamento bastante interessante, no treinamento deste ano, além de ser importante porque há mudança nos indicadores ele vai servir principalmente para que possamos nivelar o conhecimento porque seremos futuramente certificados pela Fundação Vazolini, essa certificação é uma espécie de ISSO. Então, toda a documentação precisa estar muito bem organizada, o fluxo procedimental é que será avaliado, se não tiver tudo correto, nós podemos ter dificuldades em conseguir a certificação da Vazolini, a certificação vai nos permitir alcançar um novo patamar de como a sociedade nos enxerga, para se ter uma ideia ontem estávamos em São Paulo, na Fundação Vazolini, tivemos a participação do diretor-presidente da fundação e ele disse que vai ao evento internacional tratar de certificações e vai levar o exemplo da ATRICON e dos tribunais de contas para esse encontro internacional, ele acredita que outros países também vão se interessar por essa iniciativa inédita que os tribunais de contas estão fazendo, e por que falar no colégio de presidente? Porque obviamente nada vai acontecer se os presidentes não estiverem ao nosso lado, se os presidentes não apoiarem as ações que a ATRICON e o IBIS desenvolvem, se os presidentes não comprarem essa ideia, não vestirem a camisa, nós não vamos fazer nada, aí está a importância dessa conscientização dos presidentes, dentre um dos requisitos do manual para o treinamento temos três comissões de avaliação, a primeira comissão vai fazer a auto-avaliação, a comissão que vai fazer o controle da qualidade dessa avaliação e na terceira comissão, o controle da garantia da qualidade que é a avaliação externa, está definido no manual que a comissão de avaliação pode ter quatro ou cinco membros, não tem problema, tem que ter no mínimo três servidores efetivos, quem designa essa comissão é o presidente do tribunal de contas, e o tribunal fica livre para indicar algum conselheiro substituto ou conselheiro titular, a primeira comissão é a critério do presidente. O treinamento dessa comissão vai ser em São Paulo nos dias vinte e três e vinte e quatro de abril, é importantíssima a participação de servidores para esse treinamento, local da Fundação Vazolini, a comissão de controle da qualidade, o número pode ser de cinco ou seis servidores, no mínimo dois efetivos que não participaram da primeira avaliação, para garantir que de fato o controle da qualidade seja exercido, também é possível que o presidente indique um conselheiro ou conselheiro substituto, é critério de cada um deles, e o treinamento vai ser no mesmo dia 23 e 24 de abril. Então já temos duas comissões, a terceira comissão é a que vai rodar os tribunais de contas, designada pelo presidente da ATRICON, composta obrigatoriamente por membros, por conselheiros substitutos e por auditores, sempre composta no mínimo por um conselheiro, um conselheiro substituto e dois técnicos, o treinamento dela vai ser dividido em duas partes, o primeiro treinamento nos dias 23 e 24 de abril, ou seja, as três comissões vão ser treinadas nesses dias, nivelar o conhecimento, explicar o qual a metodologia de trabalho, a importância da certificação, a importância da documentação, nós estamos com todos os documentos padronizados que vai facilitar muito o trabalho de quem vai fazer com check-list e esses check-lists vão ser verificados se foram cumpridos ou não, e o outro treinamento dessa comissão será nos dias 03 e 04 de junho, então quem fizer parte da comissão da garantia da qualidade tem que obrigatoriamente fazer parte dos dois treinamentos. Pedimos para os presidentes que indiquem para essas comissões pessoas com perfil adequado, que conheçam as áreas que serão avaliadas, que

possam regular e anotar toda evidência dos indicadores que serão avaliados, e a comissão de garantia serão uma parceria da ATRICON com os presidentes dos tribunais porque vai exigir deslocamentos e conseqüentemente os conselheiros que fizerem parte dessas comissões irão se ausentar de suas atividades durante esses treinamento. Um cronograma simplificado, todos receberão por escrito, mas o cadastramento das comissões de avaliação e de controle devem ser feitas até o dia trinta de março, nós temos praticamente um mês para cadastrar em um formulário próprio esses técnicos para que a Fundação Vazolini e a ATRICON possam preparar o treinamento, o cadastro das comissões de garantia da qualidade será feita pela ATRICON até o dia trinta de março também. A aplicação do MMD será de maio a julho, a garantia da qualidade será de julho a setembro, é muito importante que possamos respeitar essas datas visto que nosso cronograma está muito apertado, a consolidação dos resultados e elaboração do relatório pela ATRICON serão feitas de outubro a três de novembro, essa data não pode mudar, pois no dia quatro começa o processo de certificação da Fundação Vazolini, e o resultado vai ser divulgado no congresso em Foz do Iguaçu então por isso todas as datas estão justas. Gostaria mais uma vez de agradecer o apoio de todos os presidentes dos tribunais de contas que sem a participação e sem o apoio de vocês não conseguiríamos fazer nada, nossas ações só são possíveis com o apoio de vocês, com todo o aparato para deslocamento de servidores e tudo mais, muito obrigado! Presidente: Na sequência, passemos ao assunto motivo de nossa reunião, qual seja, a eleição dos novos Dirigentes. De pronto, registro que em reunião realizada em 5 de março de 2018, o Colégio decidiu alterar o Art.4º do Regimento Interno, ao passo que ficou definido que a direção da Entidade contaria com um Conselheiro-Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Assim, esses são os cargos para os quais teremos que votar. Diante disso, questiono de Vossas Excelências quem gostaria de ser candidato aos cargos mencionados. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Conselheiro presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Thiers Vianna Montebello: Bom dia a todos os colegas, não pude abraçá-los individualmente mas está aqui o abraço a todos os meus colegas na pessoa da nossa presidente, um cumprimento a todos os nosso amigos. Eu tenho conversado com alguns colegas, inclusive também conversei com o Conselheiro Fábio sobre esse assunto: é um cargo trabalhoso, é um cargo que nosso Conselheiro Beraldo já passou por ele, foi criado na sua gestão em São Paulo, depois por Caldas Furtado, seguiu essa trabalhadeira enorme que dá esse tipo de encargo que envaidece evidente cada um. Eu tinha conversado com alguns companheiros presidentes dos tribunais de contas sobre algumas pessoas que a gente vai observando como é que se comportam a condução delas, o interesse que têm em participar da vida dos tribunais de contas, do dia-a-dia, ou seja, do aprimoramento dessa governança nossa, dessa governança entre nós dos tribunais. Eu ponderava entre três nomes para os três cargos, presidente, vice-presidente e secretário, que é o Conselheiro Edilson de Souza Silva, de Rondônia que tem se manifestado permanentemente como interessado em todas as questões dos tribunais de contas, está sempre presente para fazer o trabalho mais complicado, porque participar das reuniões é bom, mas o trabalho do dia a dia é muito mais complicado; o Conselheiro do estado de Goiás Joaquim Alves de Castro Neto do Tribunal de Contas do estado de Goiás e o Conselheiro Severiano José Costandrande de Aguiar do estado de Tocantins. Estive conversado com outras pessoas, com o Conselheiro Fábio, e eu tinha na minha ideia de propor esses três nomes aos demais colegas para aceitação deles se não houver outro nome que se interesse, por isso sei que nós estaremos muito bem servidos por esses três colegas na condução do Colégio de presidentes, foi conversado com os principais líderes formais dos tribunais, portanto, sugiro esses nomes para que conduzam o Colégio dos presidentes do Brasil, muito obrigado presidente. Presidente: Gostaria de saber se tem outra chapa presente a ser indicada por mais algum conselheiro. Presidentes, como havendo chapa única gostaria a opinião se Vossas Excelências se permitiriam que fosse por aclamação. Não havendo manifestações, parabênizo os eleitos, desejo a eles que Deus os ilumine para essa nova

gestão, a nova chapa que irá comandar esse ano. Passo a palavra ao Presidente da ATRICON Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira: Presidente Yara, e meus queridos amigos gostaria de parabenizar o presidente Caldas Furtado por sua gestão, o presidente Sidney Beraldo e a presidente Yara, ressaltando sempre o espírito de harmonia que sempre foi estabelecido entre as relações entre a ATRICON, o IRBI e o Colégio de presidentes cada uma dentro da sua missão, dentro do seu espaço buscando uma coisa muito importante que nos une, um fortalecimento, aprimoramento e aperfeiçoamento do sistema, de maneira que quero parabenizar o Conselheiro Edilson, o vice-presidente Conselheiro Joaquim de Castro Neto e o secretário Conselheiro Severiano pela eleição, tenho plena convicção que vamos continuar trabalhando em harmonia, não tenho dúvidas sobre este aspecto. Peço permissão, Conselheiro Edilson, em razão de reunião marcada com o Ministro Zymler. Essa reunião tem como maior fundamento, maior objetivo, principal escopo, estabelecer um canal institucional com setores que são importantíssimos e estratégicos do governo, o Ministro Sérgio Moro tem uma pauta que conduz, o Ministro Paulo Guedes tem outra pauta, a pauta econômica, já estamos agendados com o Ministro Paulo Guedes, com objetivo maior de apresentar o sistema principalmente nesse instante que somos eleitos a gerir da República, somos responsáveis por tudo que existe. Conversado com alguns colegas nós temos sete estados com uma situação fiscal delicada e temos vinte incluindo o Distrito Federal em uma situação não tão ruim, e outros em uma situação melhor, e ninguém dá crédito ao papel relevantíssimo dos Tribunais de Contas, e também existem as nossas limitações, o papel principal é reconhecer que temos problemas, quem não os tem, mas dizer que estamos avançando, estamos investindo no atual aprimoramento ao final vamos repassar para as mãos do Ministro algumas propostas, nenhuma novidade que não seja conhecimento ou fruto das resoluções e diretrizes da ATRICON, não vamos inovar sem ouvir quem quer que seja e dizer que essa presença maciça, massiva e marcante do conjunto dos Tribunais de Contas a partir das suas lideranças aqui, o compromisso com qualquer pauta republicana independentemente do governo, nós não temos compromisso com o governo, nós temos compromisso com a nação, é isso que vamos dizer. Alguns colegas sugeriram que cumpríssemos o compactuado solicitado pelo cerimonial do Ministério da Justiça, no sentido de falar somente a ATRICON e o TCU, para cumprir o script no tempo estimado, registro que por mim falaríamos todos, mas é um assunto delicado que quero desde logo colocar a disposição se alguém quiser falar em meu lugar que não tenho nenhuma vaidade enquanto a isso, deixo registradas minhas desculpas perante essa situação fica pactuado que o Ministro Zymler abrirá a fala em nome do TCU, tenho insistido nessa estratégia de aproximação com o TCU, porque tudo em Brasília se dá em função do que é a realidade de quem está à frente e sabe como funciona trazendo sempre o TCU para perto. Registrei hoje ao Ministro José Múcio que a gente entende que alguns assuntos devem ser pesados de acordo com a conveniência do TCU já que são jurisdicionados do Tribunal, tenho feito convites reiterados ao Ministro e disse para que não fique constrangido se não puder participar, diga não quero ir, não posso ir ou não tenho interesse, então a relação é muito franca nesse sentido, ele designou o Ministro Zymler, domingo passou uma mensagem perguntando como seria a condução eu repassei a mensagem que eu passei para vocês também passei pra ele também, combinamos de passar antes da reunião no TCU, esse foi o motivo do meu atraso, ele sinalizou que também vai falar estamos todos no aeroporto e fomos direto para o TCU, achamos muito interessante a fala do Ministro, vai ser no sentido do fortalecimento do sistema e enfim, acho que esse ponto é histórico é um marco, precisamos abrir esse canal de negociação. Ficou marcado com o Ministro Paulo Guedes para o dia doze de março só que a formatação é outra e também quero pedir a compreensão pois toda a pauta com Paulo Guedes é a questão fiscal dos estados brasileiros, o que estou sugerindo e vou usar a prerrogativa de Presidente para a anuência dos senhores e senhoras para formar uma comissão com pessoas que tenham uma

formação, uma intimidade com economia, com contabilidade, porque vai ser um ponto muito técnico, ele já colocou o staff dele e nós vamos levar oito que foi o que compactuamos, oito conselheiros que participarão estrategicamente, alguns Tribunais por estratégia minha, posso estar errado me perdoem, mas eu fiz questão de serem São Paulo e Rio de Janeiro pelo peso político, geográfico e econômico de assumir o compromisso de participar, de maneira que já estamos caminhando para a formação dessa comissão que vai ter um trabalho enorme no sentido de levantar um diagnóstico da situação fiscal, as causas, deixar bem claro que nós não somos os responsáveis tem políticas de incentivos, uma série de fatores, a dívida pública brasileira oitenta por cento está concentrado na União, projetar algumas sugestões e reafirmar nosso compromisso como gestão fiscal responsável, essa vai ser a nossa fala com o Ministro Paulo Guedes da economia, eu não sei se esta estratégia está certa, mas acho que o diálogo institucional tem que ser o norte da nossa atuação dentro daquelas linhas de atuação. O novo Congresso Nacional gostaria de fazer um apelo, a ideia é se reunir cada vez mais com as bancadas, nenhuma instituição consegue ter essa relação como os Tribunais de Contas, hoje já recebi a notícia de que três senadores de Goiás fecharam compromisso com a PEC 22, trabalho fantástico, esse é o trabalho que temos que fazer, nós temos relação institucional, a gente tem acesso à classe política e estou sempre repetindo a frase de Garrincha, não adianta querer resolver as estratégias sem combinar com o russos, tudo acontece no Congresso então estabeleceremos essa pauta com o Congresso Nacional. Como é impossível conversamos um a um, se a gente conseguir conversar com bancadas é uma estratégia de usar o prestígio de Clóvis, de João Antonio, com Marcos Lotero, enfim, com essas bancadas que a gente consegue ter relação, peço permissão para me ausentar a gente se encontra no Palácio da Justiça, vizinho do Planalto, após a foto com os eleitos. A reunião começa as 15h30, mas vamos chegar às 15h00 para organizar. Muito Obrigado. Presidente: Gostaria de pedir para o presidente eleito Conselheiro Edilson de Souza Silva que faça assento na mesa. Meus Parabéns. Após, tomar o devido assento à Mesa o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Edilson de Souza Silva, presidente do Tribunal de Contas de Rondônia, agradeceu aos seus pares pela escolha de seu nome e ressaltou a importância dos tribunais de contas do Brasil, vislumbrando uma perspectiva de uma boa gestão, devolvendo em seguida a palavra a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. Presidente: Encerrada a pauta e não havendo mais nada a tratar dou por encerrada esta reunião, lavrando a presente Ata.

  
Yara Amazônia Lins Santos  
Conselheira Presidente